

Conselheiros pedem que Toffoli barre auxílio-transporte a juízes

21/12/2018

Os conselheiros Henrique Ávila e Maria Tereza Uille Gomes, do Conselho Nacional de Justiça, pediram que o presidente do órgão, ministro Dias Toffoli, impeça que o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul crie um auxílio-transporte que pode chegar a R\$ 7,2 mil. Segundo os autores do pedido, feito nesta sexta-feira (21/12), o benefício contraria a Constituição Federal e a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman).

O pedido foi feito após a Assembleia Legislativa estadual aprovar um projeto na última semana de votação autorizando o Poder Judiciário de MS a pagar auxílio-transporte de até R\$ 7,2 mil aos juízes, o que representa 20% dos vencimentos dos magistrados daquele estado. O projeto agora seguiu para sanção do governador Reinaldo Azambuja (PSDB).

Segundo os conselheiros, a lei determina que o pagamento de qualquer verba remuneratória ou indenizatória não prevista na Loman só poderá ser feito após autorização prévia do Conselho Nacional de Justiça, o que não houve no caso do auxílio-transporte no Mato Grosso do Sul.

“É alta e iminente a probabilidade de que o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul implemente o pagamento do auxílio-transporte aos magistrados estaduais em razão da aprovação da lei em comento, ao arrepio da Constituição Federal, da legislação em vigor e absolutamente dissociado do interesse público”, dizem.

“Os direitos e vantagens previstos em lei para a magistratura nacional não podem se transformar em privilégios inexplicáveis, especialmente num momento de severa restrição fiscal como o que vivemos atualmente”, ressaltam Henrique Ávila e Maria Tereza Uille Gomes.

Clique [aqui](#) para ler o pedido.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2018-dez-21/conselheiros-pedem-toffoli-barre-auxilio-transporte-juizes-ms/>